**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

23º SIMULADO OAB 2014.1

06 DE JUNHO DE 2014

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 06/jun e extinguir-se-á às 13hs do dia 09/jun. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 11/jun.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 11/jun.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 06/Jun | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 06/Jun | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 09/Jun | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 11/Jun | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 11/Jun | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. O poder de policia, conferindo a possibilidade de o Estado limitar o exercício da liberdade ou das faculdades de proprietários, em prol do interesse público.**

(A) gera a possibilidade de: cobrança, como contrapartida, de preço público.

(B) deve ser exercido nos limites da lei, gerando a possibilidade de cobrança de taxa.

(C) se instrumentaliza sempre por meio de alvará de autorização.

(D) afasta a razoabilidade, para atingir os seus interesses maiores, em prol da predominância do interesse público.

**2. O prefeito de um determinado município resolve, por decreto municipal, alterar unilateralmente as vias de transporte de ônibus municipais, modificando o que estava previsto nos contratos de concessão pública de transportes municipais válidos por vinte anos. O objetivo do prefeito foi favorecer duas empresas concessionárias específicas, com que mantém ligações políticas e familiares, ao lhe conceder os trajetos e linhas mais rentáveis. As demais três empresas concessionárias que também exploram os serviços de transporte de ônibus no município por meio de contrato e concessão sentem-se prejudicadas. Na qualidade de advogado dessas ultimas três qual deve ser a providência tomada?**

(A) Ingressar com ação judicial, com pedido de indenização em face do Município pelos prejuízos de ordem financeira causados.

(B) Nenhuma medida merece ser tomada na hipótese, tendo em vista que um dos poderes conferidos à Administração Pública nos contratos de concessão é a modificação unilateral das suas cláusulas.

(C) Ingressar com ação judicial, com pedido para que o poder Judiciário exerça o controle do ato administrativo expedido pelo prefeito e decrete a sua nulidade ou suspensão imediata, já que eivado de vício e nulidade, por configurar ato fraudulento e atentatório aos princípios que regem a Administração Pública.

(D) Ingressar com ação judicial, com pedido para que os benefícios concedidos às duas primeiras empresas também sejam extensivos às três empresas clientes.

**3. A revogação da licitação pressupõe**

(A) razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar essa conduta.

(B) mero juízo de conveniência e oportunidade da Administração, podendo se dar a qualquer tempo.

(C) mero juízo de conveniência e oportunidade da Administração, podendo ocorrer até antes da assinatura do contrato.

(D) prévia, integral e justa indenização, podendo por isso, se dar por qualquer motivo e a qualquer tempo.

**4. Uma das características dos contratos administrativos é a “instabilidade” quanto ao seu objeto que decorre:**

(A) de não haver qualquer possibilidade de alteração de objeto do contrato administrativo, quer pela Administração Pública, quer pelo contrato (particular).

(B) das possibilidades do contratado (particular) alterar, unilateralmente, qualquer tempo algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma de atender aos seus próprios interesses em face das prerrogativas da Administração Pública.

(C) do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do artigo 58, inciso I da Lei 8.666/93, a fim de adequar aos direitos do contratado.

(D) do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do artigo 58 da lei 8.666/93, a fim de adequar o objeto do contrato aos interesses do contratado (particular) em face das prerrogativas da Administração Pública.

**5. Sílvio, servidor público, durante uma diligência com carro oficial do Estado X para o qual trabalha, se envolve em acidente de trânsito, por sua culpa, atingindo o carro de João.**

**Considerando a situação acima e a evolução do entendimento sobre o tema, assinale a afirmativa correta.**

(A) João poderá demandar Sílvio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, presumir-se-á sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

(B) João deverá demandar Sílvio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, terá que comprovar a sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

(C) João poderá demandar apenas o Estado X, já que Sílvio estava em serviço quando da colisão e, por isso, a responsabilidade objetiva é do Estado, que terá direito de regresso contra Sílvio, em caso de culpa.

(D) João terá que demandar Sílvio e o Estado X, já que este último só responde caso comprovada a culpa de Sílvio, que, no entanto, será presumida por ser ele servidor do Estado (responsabilidade objetiva).

**6. Na administração pública, há servidores estáveis, nomeados por concurso público e aprovados em estágio probatório, e os que adquiriram a estabilidade excepcional.**

**Acerca dessas duas modalidades de estabilidade, assinale a opção correta.**

(A) A estabilidade excepcional não foi concedida aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, além de não ter sido concedida, ainda, aos ocupantes de cargos declarados, por lei, de livre exoneração.

(B) A CF reconheceu tanto a estabilidade quanto a efetividade aos servidores que, apesar de não nomeados por concurso público, estavam em exercício, na data da promulgação da CF, há, pelo menos, cinco anos continuados.

(C) Os servidores, nas duas modalidades de estabilidade, possuem a garantia de permanência no serviço público, de modo que somente podem perder seus cargos, empregos e funções por sentença judicial transitada em julgado.

(D) De acordo com a CF, o servidor celetista tem direito à estabilidade nos mesmos moldes de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo.

**7. Rosana, que está desempregada, não conseguiu pagar a tarifa de energia elétrica de sua residência, referente ao mês de janeiro de 2010. Por esse motivo, o fornecimento de energia foi suspenso por ordem da diretoria da concessionária de energia elétrica, sociedade de economia mista.**

**Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.**

(A) Não caberia mandado de segurança contra o ato da diretoria da concessionária, porque ela não é autoridade pública.

(B) A lei de regência autoriza a suspensão do serviço desde que haja prévia notificação do usuário.

(C) O fornecimento de energia elétrica à residência de Júlia não poderia ter sido suspenso em razão do inadimplemento, visto que, conforme entendimento do STJ constituiu-se serviço público essencial.

(D) A lei estadual poderia, de forma constitucional, criar isenção dessa tarifa, nos casos de impossibilidade material de seu pagamento, como no caso do desemprego do usuário.

**8. Sobre os bens públicos é correto afirmar que:**

(A) os bens de empresas públicas que desenvolvem atividades econômicas que não estejam afetados a prestação de serviços públicos são passíveis de usucapião.

(B) os bens de uso especial são passíveis de usucapião.

(C) os bens de uso comum são passíveis de usucapião.

(D) nenhum bem que pertença à pessoa jurídica integrante da administração pública indireta é passível de usucapião.

**9. No que concerne ao TCU (Tribunal de Contas da União), assinale a opção correta.**

(A) O Poder Judiciário não pode anular as decisões do TCU, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

(B) O TCU não detém competência para fiscalizar a aplicação de recursos públicos feita pelas empresas estatais exploradoras de atividade econômica.

(C) As decisões do TCU de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

(D) O TCU é órgão integrante da estrutura administrativa do Poder Legislativo, com competência, entre outras, para aprovar as contas do presidente da República.

**10. Atento à crescente especulação imobiliária, e ciente do sucesso econômico obtido pelas construtoras do País com a construção de imóveis destinados ao público de alta renda, o Estado "X" decide ingressar nesse lucrativo mercado. Assim, edita uma lei autorizando a criação de uma empresa pública e, no mesmo ano, promove a inscrição dos seus atos constitutivos no registro das pessoas jurídicas.**

**Assinale a alternativa que apresenta a alegação que as construtoras privadas, incomodadas pela concorrência de uma empresa pública, poderiam apresentar.**

(A) A nulidade da constituição daquela pessoa jurídica, uma vez que as pessoas jurídicas estatais só podem ser criadas por lei específica.

(B) O objeto social daquela empresa só poderia ser atribuído a uma sociedade de economia mista e não a uma empresa pública.

(C) A criação da empresa pública não poderia ter ocorrido no mesmo ano em que foi editada a lei autorizativa.

(D) Os pressupostos de razões de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo na exploração daquela atividade econômica não estão presentes.

**Constitucional**

**11. A Constituição brasileira pode ser emendada:**

(A) na implantação do estado de emergência e durante a intervenção da União nos Estados.

(B) por iniciativa de Governador de Estado.

(C) quando em estado de sítio e durante a intervenção da União nos Municípios.

(D) desde que não viole as limitações materiais explícitas e implícitas.

**12. Em relação aos remédios constitucionais, assinale a afirmativa correta.**

(A) O *habeas data* pode ser impetrado em defesa de certidões denegadas, segundo entendimento doutrinário.

(B) A ação popular pode ser impetrada por qualquer pessoa.

(C) O particular não pode figurar no polo passivo da ação de *habeas corpus*.

(D) Não há dilação probatória em sede de mandado de segurança.

**13. Compete ao STF processar e julgar originariamente os litígios listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.**

(A) Entre Estado estrangeiro e Estado membro da federação.

(B) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

(C) Entre organismo internacional e a União.

(D) Entre organismo internacional e Estado membro da federação.

**14. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF):**

(A) foi introduzida no Direito brasileiro em 1988 e admite legitimidade ativa popular.

(B) são considerados preceitos fundamentais apenas os direitos e garantias fundamentais.

(C) pode ser dividida em duas modalidades: ADPF incidental, no curso de um processo subjetivo e ADPF principal, que instaura um processo objetivo para análise direta do STF.

(D) não pode ser reproduzida no âmbito dos Estados.

**15. NÃO tem legitimidade para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:**

(A) o Defensor Público Geral da União.

(B) o Presidente da República.

(C) a Mesa da Câmara dos Deputados.

(D) o Procurador-Geral da República.

**16. Deverá realizar juízo de admissibilidade sobre acusação em face do Presidente da República:**

(A) O Supremo Tribunal Federal

(B) A Câmara dos Deputados;

(C) O Senado Federal;

(D) O Superior Tribunal de Justiça.

**17. Na ausência de lei federal estabelecendo normas gerais sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, determinado estado da Federação editou, no passado, a sua própria lei sobre o assunto. Anos depois, a União edita lei contendo normas gerais sobre o tema e muitas de suas disposições conflitavam com a anterior lei estadual.**

**Com relação a este caso, assinale a afirmativa correta.**

(A) A União não poderia legislar, uma vez que o assunto é matéria de interesse local, não havendo justificativa para lei nacional sobre o tema. Houve invasão de competência privativa dos estados.

(B) No campo das competências legislativas concorrentes, a União deve legislar sobre normas gerais e o estado pode editar normas suplementares, mas enquanto inexistir lei federal, a competência do estado é plena. A superveniência de lei geral nacional suspende a eficácia das disposições contrárias da lei dos estados.

(C) A lei aplicável, no caso concreto, será aquela que estabelecer padrões mais restritivos, em atenção ao tema, não importando se tal norma é a federal ou se a editada pelos estados-membros.

(D) O estado não poderia ter estabelecido normas próprias na ausência de lei nacional com disposições gerais que definissem marcos a serem seguidos pelos estados.

**18. Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa correta:**

(A) A medida provisória não pode dispor sobre direito processual civil.

(B) A espécie normativa perde eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 dias, prorrogável por mais 30 dias.

(C) Excepcionalmente é possível reeditar a medida provisória na mesma sessão legislativa em que foi rejeitada.

(D) A norma ora analisada poderá dispor sobre o Estatuto do Estrangeiro, estabelecer um novo tipo de crime e convocar plebiscitos e referendos.

**19. Sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a alternativa correta:**

(A) O CNJ é presido pelo Ministro do STF mais antigo na Corte.

(B) Seus membros são nomeados para cumprir um mandato de 4 anos, vedada a recondução.

(C) À exceção do seu Presidente, os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de qualquer Estado brasileiro.

**20. A disciplina constitucional das imunidades parlamentares e a sua respectiva compreensão jurisprudencial permitem afirmar:**

(A) A inviolabilidade parlamentar não se estende ao congressista durante as campanhas eleitorais.

(B) Desde a proclamação do resultado das eleições, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

(C) Os suplentes gozam de imunidades parlamentares.

(D) As imunidades de Deputados ou Senadores nunca subsistirão durante o estado de sítio.

**Deontologia**

**21. A empresa de construção Caldão Ltda. contratou Gilberto e Tomaz Advogados Associados S/S para o ajuizamento de ação para condenação da União ao pagamento de crédito de R$ 400.000,00 decorrente de contrato administrativo de prestação de serviços já devidamente realizados. No contrato ficou combinado, no caso de êxito, o pagamento de 20% do proveito econômico decorrente da decisão judicial. O pedido foi julgado procedente e houve a condenação da Fazenda Pública também em honorários advocatícios de 10% do valor da condenação. Antes do trânsito em julgado, a empresa foi à falência.**

**Levando em consideração o caso apresentado, marque a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.**

(A) A sociedade de advogados tem legitimidade para executar autonomamente os honorários de sucumbência, inclusive nos mesmos autos judiciais;

(B) Na hipótese de a União não pagar os honorários de sucumbência, a sociedade poderá exigir do cliente o adimplemento desta obrigação;

(C) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entende que apenas os honorários contratuais são direito do advogado e que os de sucumbência pertencem ao cliente;

(D) O crédito decorrente do contrato de honorários é quirografário no processo de falência.

**22. Jonas Ribeiro, advogado regularmente inscrito na OAB/DF, tomou posse em cargo público comissionado, demissível *ad nutum*, para exercer, em Brasília – DF, a função de diretor jurídico de uma autarquia federal.**

**Nessa situação, Jonas deve, com relação a sua inscrição na OAB,**

(A) mantê-la, pois a referida função é atividade privativa de advogado;

(B ) ser licenciado de ofício, por ingresso em cargo público;

(C) solicitar cancelamento, por perder um dos requisitos necessários para a inscrição;

(D) solicitar suspensão por tempo indeterminado, devendo essa suspensão se estender pelo período em que estiver ocupando o referido cargo.

**23. Eduardo Couto, contador desempregado, e Alberto Bento, eletricista, por não disporem dos recursos financeiros necessários à constituição de advogado, resolveram ingressar em juízo pessoalmente. O primeiro impetrou habeas corpus em favor de seu irmão Jarbas, e o segundo ingressou com ação no juizado especial civil.**

**De acordo com o caso apresentado, assinale a opção correta.**

(A) Para ingressar com ação no juizado especial civil sem constituir advogado, é necessário que se comprove formação universitária;

(B) Tanto na impetração de *habeas corpus* quanto no juizado especial civil, em causas cujo valor seja inferior a vinte salários mínimos, é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado;

(C) Apenas na impetração de *habeas corpus* é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado;

(D) Em ambas as circunstâncias descritas, seria impossível ingressar em juízo sem constituir advogado.

**24. Emerson Costa, advogado regularmente inscrito na OAB/GO, aguardava pregão para ato judicial. Após três horas do horário designado, certificou-se de que a autoridade que deveria presidir o ato ainda não havia comparecido.**

**Nessa situação hipotética, Emerson estaria autorizado a:**

(A) requerer a suspensão do referido ato mediante representação ao tribunal de justiça;

(B) retirar-se do recinto mediante comunicação protocolizada em juízo;

(C) retirar-se do recinto mediante representação do presidente da seccional;

(D) embargar o referido ato mediante moção de repúdio do presidente da seccional.

**25. Suponha que Antônio Gomes, advogado regularmente inscrito na OAB/RJ e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, esteja atuando em onze causas na cidade de Belo Horizonte. Nessa situação, o advogado deve:**

(A) ter sua inscrição suplementar na OAB/MG, sob pena de exercício ilegal da profissão e sanção disciplinar;

(B) requerer ao Poder Judiciário - com a devida comunicação protocolada junto às respectivas seccionais envolvidas - a transferência de foro, baseando-se no princípio processual do *lex fori regit actus*;

(C) associar-se a um escritório de advocacia cuja sede se situe na cidade de Belo Horizonte, sob pena de exclusão dos quadros da OAB;

(D) pedir a transferência de sua inscrição para a OAB/MG, sob pena de multa e suspensão.

**26. As competências do órgão especial do Conselho Pleno incluem a deliberação sobre:**

**I - recurso contra decisões das câmaras, apenas quando não tenham sido unânimes ou contrariem o estatuto, o regulamento geral, o código de ética e disciplina e os provimentos.**

**II - recurso contra decisões do presidente da República ou do ministro-chefe da Casa Civil.**

**III - consultas escritas, formuladas em tese, relativas às matérias de competência das câmaras especializadas ou à interpretação do estatuto, do regulamento geral, do código de ética e disciplina e dos provimentos, devendo todos os conselhos seccionais serem cientificados do conteúdo das respostas.**

**IV - conflitos ou divergências entre órgãos da OAB.**

**V - determinação ao conselho seccional competente para instaurar processo, quando, em autos ou peças submetidos ao conhecimento do Conselho Federal, encontrar fato que constitua infração disciplinar.**

**Estão certos apenas os itens:**

(A) I, II e III;

(B) I, III e IV;

(C) II, IV e V;

(D) III, IV e V.

**27. Ricardo Novaes, advogado regularmente inscrito na OAB/PR, descobriu que seu potencial cliente Miguel omitira-lhe o fato de já ter constituído o advogado André para a mesma causa.**

**Na situação apresentada, supondo-se que não se trate de medida judicial urgente e inadiável nem haja motivo justo que desabone André, Ricardo deve:**

(A) recusar o mandato, de acordo com imposições éticas, haja vista a existência de outro advogado já constituído;

(B) denunciar Miguel ao Conselho Federal por litigância de má-fé;

(C) notificar André por intermédio da Comissão de Ética e Disciplina da OAB para que este se manifeste no prazo de quinze dias corridos e, caso André não se manifeste, continuar defendendo os interesses de Miguel em consonância com os preceitos éticos da advocacia;

(D) denunciar André ao Tribunal de Ética da OAB por omissão culposa, estando este sujeito a censura.

**28. Carlos Henrique, Flávia Maria Viola e Tício Caldas, recém-formados, constituem uma sociedade de advogados, cuja denominação é: Tício Caldas & Advogados.**

**No tocante à sociedade de advogados, assinale a opção correta.**

(A) Com o falecimento do sócio que dava nome à sociedade de advogados, o conselho seccional deverá notificar de imediato os demais sócios para a alteração do ato constitutivo, independentemente de previsão de permanência do nome do sócio falecido;

(B) Os advogados associados não respondem pelos danos causados diretamente ao cliente, sendo essa responsabilidade exclusiva dos sócios do escritório;

(C) A sociedade de advogados pode associar-se com advogados apenas para participação nos resultados, sem vínculo de emprego;

(D) Ainda que condenado judicialmente por dano causado a cliente, o advogado não deverá sofrer qualquer sanção disciplinar no âmbito da OAB.

**29. De acordo com a Lei Federal nº 8.906/94, ao advogado que exerça, em Brasília, a advocacia criminal perante o TJDFT, o STJ e o STF é assegurado:**

(A) ingressar livremente nas delegacias de polícia no horário de expediente, desde que na presença do delegado responsável;

(B) adentrar as salas de audiências de primeiro grau, desde que lhe seja dada autorização do magistrado que estiver respondendo pela respectiva vara;

(C) ingressar livremente na sala de sessões desses tribunais até mesmo além dos cancelos que dividem a parte reservada aos desembargadores e ministros;

(D) dirigir-se aos juízes criminais de primeiro grau em seus gabinetes de trabalho sempre em horário previamente agendado ou em outra condição que os tribunais determinarem.

**30. Márcio Lino, advogado em Brasília, pretende examinar, sem procuração, um processo administrativo, em curso na Câmara dos Deputados, que não está sujeito a sigilo.**

**Nessa situação hipotética, à luz do Estatuto da OAB, Márcio:**

(A) poderá examinar os autos do processo administrativo, tomar apontamentos e obter cópia deles;

(B) está legalmente impedido de examinar os autos do processo administrativo visto que não dispõe de procuração da parte interessada;

(C) poderá examinar os autos do processo, mas não obter cópia deles, visto que não dispõe de procuração;

(D) está legalmente impedido de examinar os autos do referido processo visto que, sem procuração, só é permitido examinar autos de processo perante os órgãos do Poder Judiciário.

**Direito e Processo Penal**

**31. Na hipótese de crime cuja execução tenha sido iniciada no território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada:**

(A) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

(B) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.

(C) pela prevenção.

(D) pela residência ou domicílio do réu.

**32. Conforme as regras do Código de Processo Penal, acerca do inquérito Policial, são corretas as afirmativas abaixo, exceto:**

(A) deverá terminar no prazo de dez dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

(B) poderá será iniciado, nos crimes de ação pública mediante requisição do Ministério Público ou requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

(C) não poderá ser arquivado pela autoridade policial, ainda que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.

(D) é um ato jurisdicional e seus vícios afetam a ação penal a que deu origem.

**33. Em tema de competência e jurisdição, não constitui um dos critérios para fixação da competência no processo penal:**

(A) A natureza da infração.

(B) A distribuição.

(C) Domicílio da vítima.

(D) A prerrogativa de função.

**34. Assinale a alternativa correta em relação ao assunto indicado: Competência no processo penal.**

(A) Na Lei Maria da Penha, compete ao Colégio Recursal o julgamento do recurso contra as decisões adotadas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

(B) Na sessão plenária do procedimento do júri popular, quando desclassificado o delito pelo conselho de sentença para outro de competência do juiz singular, é o próprio juiz presidente do tribunal do júri aquele que deverá proferir a sentença.

(C) A competência do tribunal do júri atrai os processos conexos e prevalece inclusive sobre o foro por prerrogativa de função.

(D) Quando transitada em julgado a sentença penal condenatória, após recurso julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, a aplicação da lei penal nova mais benéfica ao condenado deverá se dar em revisão criminal, de competência do Grupo de Câmaras do Tribunal.

**35. Considere as decisões abaixo proferidas no juízo criminal.**

**I. Sentença que reconhece categoricamente a inexistência material do fato.**

**II. Sentença que decide que o fato imputado ao réu não constitui crime.**

**III. Decisão que julga extinta a punibilidade do réu.**

**IV. Despacho que determina o arquivamento do inquérito policial.**

**Faz coisa julgada no cível, impedindo a propositura da ação civil para ressarcimento do dano contra o autor do fato e, se for o caso, contra o responsável civil, a(s) indicada (s) APENAS em:**

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

**36. Em relação ao estudo da parte geral do Código Penal, marque a alternativa que traga o que exclui a culpabilidade:**

(A) inimputabilidade.

(B) inimputabilidade e exercício regular de direito.

(C) legítima defesa.

(D) estado de necessidade.

**37. Qual dos crimes abaixo pode ser de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça:**

(A) injúria.

(B) homicídio qualificado.

(C) estupro.

(D) estelionato.

**38. Eldo, vulgo ET, está sendo processado por ter constrangido alguém, mediante violência, a praticar com ele ato libidinoso. Esse crime é o de:**

(A) atentado violento ao pudor

(B) estupro

(C) rapto consensual

(D) parricídio

**39. O advogado Almir Couto, revelou à polícia um segredo que lhe foi contado por seu cliente para evitar uma tragédia. Tal segredo era o de que o cliente iria matar sua esposa naquela noite.**

**Acerca do narrado, indique a opção correta:**

(A) o advogado cometeu o crime de violação do segredo profissional

(B) o advogado não cometeu o crime de violação do segredo profissional, por haver uma justa causa para a revelação do segredo.

(C) o advogado cometeu o crime de usurpação da função.

(D) o advogado não cometeu o crime de violação do segredo profissional, pelo fundamento de que a suposta vítima era a esposa do cliente.

**40. É isento de pena o agente que:**

(A) somente por doença mental, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(C) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(D) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo do resultado, inteiramente incapaz de entender o caráter lícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**Empresarial**

**41. Assinale assertiva incorreta:**

(A) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

(B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, depois do início de sua atividade.

(C) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

(D) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

**42. A sociedade limitada encontra-se regulada nos artigos 1052 a 1087 do Código Civil. Para que ela possa atingir sua finalidade, necessita de patrimônio, isso porque a sua personalidade é diversa da personalidade dos sócios. Dentro deste contexto, em relação ao capital e ao patrimônio social desse tipo societário, assinale a afirmativa incorreta entre as assertivas abaixo indicadas:**

(A) No momento em que a sociedade limitada é constituída e inicia a atividade que constitui o objeto social, o patrimônio é igual ao capital social.

(B) Na constituição da sociedade há possibilidade do ingresso de sócio cuja contribuição consista exclusivamente em prestação de serviços.

(C) A distribuição dolosa de lucros ilícitos acarreta a responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem.

(D) O sócio remisso é aquele que não integraliza sua quota na forma e prazo previstos, podendo, por esse fato, ser excluído da sociedade.

**43. Quanto aos títulos de crédito, assinale a afirmativa correta.**

(A) De acordo com o Código Civil, o pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantida por aval parcial.

(B) O endossatário de endosso em branco não pode mudá-lo para endosso em preto.

(C) A aquisição de título à ordem por meio diverso do endosso, tem efeito de cessão civil.

(D) Com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, perde eficácia o endosso-mandato.

**44. Nas sociedades simples, indicada nos art. 977 ao 1038, do Código Civil, qual a característica correta desta espécie societária disposta entre as assertivas abaixo mencionadas?**

(A) As obrigações dos sócios começam com o registro do contrato junto ao órgão competente, e terminam quando, liquidada a sociedade, promove-se a averbação de tal fato em seu registro.

(B) A cessão total ou parcial de quota, mesmo sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, tem eficácia quanto a estes e à sociedade.

(C) O sócio que, a título de quota social, transfere crédito à sociedade, não responde pela solvência do devedor.

(D) O sócio pode, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos, e o estado de caixa e da carteira da sociedade, salvo estipulação que determine época própria para tanto.

**45. Quanto ao protesto de títulos de crédito, assinale a afirmativa correta.**

(A) O cancelamento do registro do protesto funda-se exclusivamente no efetivo pagamento do título.

(B) Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pago os emolumentos e demais despesas.

(C) É dever do Tabelião de Protesto, no exercício das funções de seu cargo, investigar a prescrição ou caducidade do título apresentado.

(D) A intimação por edital do protesto de um título de crédito pode ser feita unicamente no caso do devedor estar em local desconhecido.

**Direito e Processo Civil**

**46. Quando a Constituição Federal, em seu art. 109, § 3º, permite ao segurado demandar na Justiça Estadual de seu domicílio contra instituição de previdência social, "sempre que a comarca não seja sede de vara ou juízo federal", não deve ser considerado como domicílio somente o lugar onde o demandante estabelece a sua residência com ânimo definitivo, mas qualquer uma das hipóteses de domicílio definidas pelo Código Civil de 2002. Quanto às hipóteses legais, assinale a alternativa errada.**

(A) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

(B) Ainda que manifeste a intenção de mudar de residência, permanece inalterado o domicílio.

(C) Se pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

(D) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

**47. Diante do infarto de João, a esposa, Maria, assina as notas promissórias exigidas pelo Hospital como condição para dar início ao atendimento de emergência do cônjuge. Diante da situação apresentada podemos afirmar que ocorreram dois vícios de consentimento:**

(A) Coação e estado de perigo.

(B) Erro e dolo.

(C) Dolo e simulação.

(D) Coação e Fraude contra devedores.

**48. Assinale e alternativa incorreta. O que caracteriza o contrato de venda em consignação, também denominado pela doutrina e pelo atual Código Civil (arts. 534 a 537) de contrato estimatório, é que:**

(A) A propriedade da coisa entregue para venda não é transferida ao consignatário e que, após recebida a coisa, o consignatário assume uma obrigação alternativa de restituir a coisa ou pagar o preço dela ao consignante.

(B) Os riscos são do consignatário, que suporta a perda ou deterioração da coisa, se exonerando da obrigação de pagar o preço se restituição da coisa for impossível.

(C) Se o consignatário vendeu as mercadorias entregues antes da decretação da sua falência e recebeu o dinheiro da venda, inclusive contabilizando-o indevidamente, deve devolver o valor devidamente corrigido ao consignante.

(D) A arrecadação da coisa não é fator de obstaculização do pedido de restituição em dinheiro quando a alienação da mercadoria é feita pelo comerciante anteriormente à decretação da sua quebra.

**49. Na vigência do contrato de locação, responde o fiador pela garantia dada à locadora. Contudo, a jurisprudência do C. STJ orienta no sentido de que os fiadores continuam responsáveis pelos débitos locatícios posteriores à prorrogação legal do contrato até a efetiva entrega das chaves, se anuíram expressamente a essa possibilidade e não se exoneraram na forma do 835 do Código Civil de 2002. A cláusula contratual na qual consta a renúncia do fiador ao benefício previsto no art. 835 do CC/02 não subsiste após o decurso do prazo inicialmente previsto para a duração da locação, uma vez que o Direito não se compraz com relação jurídica eterna e permanente, especialmente no campo dos direitos pessoais, como é o caso da fiança. Com relação à fiança, assinale a alternativa incorreta.**

(A) A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança.

(B) O fiador pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais, e as extintivas da obrigação que competem ao devedor principal, se não provierem simplesmente de incapacidade pessoal, salvo o caso do mútuo feito a pessoa menor.

(C) Se for invocado o benefício da excussão e o devedor, retardando-se a execução, cair em insolvência, ficará exonerado o fiador que o invocou, se provar que os bens por ele indicados eram, depois da penhora, insuficientes para a solução da dívida afiançada.

(D) O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se, sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor.

**50. Apesar de apresentarem naturezas jurídicas distintas, tanto a passagem forçada, regulada pelos direitos de vizinhança, quanto a servidão de passagem, direito real, originam-se em razão da necessidade/utilidade de trânsito, de acesso. No tocante ao direito de servidão, marque a alternativa incorreta.**

(A) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

(B) Se o prédio dominante estiver hipotecado, e a servidão se mencionar no título hipotecário, será dispensável, para a cancelar, o consentimento do credor.

(C) O dono do prédio serviente tem direito, pelos meios judiciais, ao cancelamento do registro, embora o dono do prédio dominante lhe impugne quando o titular houver renunciado a sua servidão;

(D) Se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa.

**51. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça afirma estar correto no tocante à ação monitória, exceto:**

(A) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.

(B) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

(C) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.

(D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública.

**52. Admite-se a citação pelo correio:**

(A) Nas ações de estado

(B) Quando for ré pessoa incapaz.

(C) Quando for ré pessoa de direito privado.

(D) Nos processos de execução.

**53. No tocante à prova testemunhal, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.**

(A) São incapazes de depor o interdito por demência e o menor de 16 (dezesseis) anos.

(B) São impedidos de depor o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público, ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova, que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito.

(C) São suspeitos de depor o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença, e o que, por seus costumes, não for digno de fé.

(D) Sendo estritamente necessário, o juiz ouvirá testemunhas impedidas ou suspeitas, e os seus depoimentos serão prestados após o regular compromisso.

**54. De acordo com Código de Processo Civil, qual das hipóteses abaixo não será considerada atentatória à dignidade da Justiça o ato do executado:**

(A) Que intimado, não indica ao juiz, em 10 (dez) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.

(B) Que frauda a execução.

(C) Que se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.

(D) Que não indica ao juiz onde se encontram os bens sujeitos à execução.

**55. Na contestação da ação de consignação em pagamento o réu poderá alegar, exceto:**

(A) Foi justa a recusa.

(B) Houve mora em receber a quantia.

(C) O depósito não se efetuou no lugar do pagamento.

(D) O depósito não é integral.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Com relação às férias, marque a alternativa incorreta.**

(A) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal.

(B) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

(C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.

(D) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

**57. De acordo com Lei de Greve são considerados serviços ou atividades essenciais, exceto:**

(A) Distribuição e comercialização de livros.

(B) Funerários.

(C) Controle de tráfego aéreo.

(D) Compensação bancária.

**58. Sobre o contrato de aprendizagem, marque a alternativa incorreta.**

(A) É o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

(B) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

(C) Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo mensal.

(D) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

**59. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador.**

(A) A alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

(B) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.

(C) A educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

(D) seguros de vida e de acidentes pessoais.

**60. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:**

(A) Até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

(B) Até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

(C) Por 10 (dez) dias, em caso de nascimento de filho.

(D) Por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

**61. Em conformidade com a jurisprudência consolidada do C. Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa errada no tocante à competência.**

(A) Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

(B) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado.

(C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas.

(D) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

**62. No tocante ao instrumento de mandato, assinale a alternativa em desconformidade com a jurisprudência consolidada do C. TST.**

(A) É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome do outorgante e do signatário da procuração, pois estes dados constituem elementos que os individualizam.

(B) A juntada de nova procuração aos autos, sem ressalva de poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.

(C) A juntada da ata de audiência, em que consignada a presença do advogado, desde que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque demonstrada a existência de mandato tácito.

(D) É admissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, desde que mediante protesto por posterior juntada.

**63. Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário:**

(A) Será regularmente distribuído, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de trinta dias.

(B) Terá parecer escrito do representante do Ministério Público antes da sessão de julgamento.

(C) Terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente.

(D) Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, deverão designar Turma especializada para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

**64. Com relação ao Mandado de Segurança ajuizado na justiça do trabalho a jurisprudência do C. TST declara que:**

(A) A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.

(B) As partes podem exercer o *jus postulandi*.

(C) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.

(D) Verificada, na petição inicial do *mandamus*, a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação, aplicável se torna o art. 284 do CPC, devendo o julgador conceder prazo de 10 (dez) dias para a regularização.

**65. No tocante à execução trabalhista, assinale a alternativa errada.**

(A) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz competente.

(B) Garantida a execução ou penhorados os bens, os embargos poderão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

(C) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

(D) Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas.

**Direito Tributário**

**66. No que se refere ao Imposto sobre Serviços, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) não incide sobre serviços provenientes do exterior;

(B) a lei complementar fixou uma alíquota máxima de 5%;

(C) incide nas exportações de serviços para o exterior;

(D) é tributo não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores.

**67. De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente a lei tributária na hipótese de:**

(A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.

(B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.

(C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

(D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

**68. (V Exame Unificado) No exercício de 1995, um contribuinte deixou de recolher determinado tributo. Na ocasião, a lei impunha a multa moratória de 30% do valor do débito. Em 1997, houve alteração legislativa, que reduziu a multa moratória para 20%. O contribuinte recebeu, em 1998, notificação para pagamento do débito, acrescido da multa moratória de 30%. A exigência está:**

(A) correta, pois aplica-se a lei vigente à época de ocorrência do fato gerador.

(B) errada, pois aplica-se retroativamente a lei que defina penalidade menos severa ao contribuinte.

(C) correta, pois o princípio da irretroatividade veda a aplicação retroagente da lei tributária.

(D) errada, pois a aplicação retroativa da lei é regra geral no direito tributário.

**69. Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para instituir o imposto sobre grandes fortunas é:**

(A) medida provisória.

(B) lei complementar.

(C) emenda constitucional.

(D) lei ordinária.

**70. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) o ICMS incide sobre as exportações ao exterior de mercadorias, sendo o tributo devido ao Estado do domicílio do exportador, independente do local do desembaraço aduaneiro;

(B) o ICMS será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadoria, com o montante cobrados nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

(C) o IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo;

(D) o imposto sobre a transmissão de bens causa mortis, quando a transmissão se referir a bem imóvel, será devido ao Estado no qual o imóvel for situado.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |